

RELATÓRIO

BALANÇO

E

CONTAS

2009

INDICE

	<u>Pagina</u>
1 – RELATÓRIO DE GESTÃO	1
2 – BALANÇO E DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS	12
3 – ANEXO AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS	15
4 – DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA	23
5 – ROC – CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS	Anexo

RELATÓRIO DE GESTÃO

EXERCÍCIO DE 2009

No cumprimento do disposto nos artigos 65º e 66º do Código das Sociedades Comerciais, e do artigo 26º, Ponto 1 – al.g) e Ponto 2 dos Estatutos da Empresa, apresenta a administração dos “TUMG – Transportes Urbanos da Marinha Grande EM” o seu “Relatório Anual 2009” e as “Demonstrações Financeiras” referentes à actividade desenvolvida pela empresa no exercício em análise.

1 – ACTIVIDADE

A empresa tem consignado nos estatutos como seu *objecto social*:

- a) - A prestação do serviço público de transporte colectivo de passageiros;
- b) - A gestão de máquinas e viaturas que para esse fim lhe sejam destinadas pelo município;
- c) - a gestão do estacionamento na área do município da Marinha Grande

No período em análise a actividade da empresa desenvolveu-se unicamente no âmbito das áreas definidas nas alíneas a) e b).



1.a – Serviço Público de Transporte Colectivo de Passageiros

1.a.1 – Transportes escolares e outros

O Contrato Programa estabelecido com a autarquia, nos serviços de “transportes casa/escola/casa”, as deslocações para os “locais das refeições”, “actividades culturais e desportivas”, bem como as “actividades circum-escolares” dos alunos do ensino básico no concelho, teve uma realização de + 3.18% sobre os valores quilométricos previstos para estas rubricas, e corresponde a um total de 209.186 kms realizados.

Nos restantes serviços, “alugueres subsidiados” a 100% e 50% pela câmara, a realização foi de -2,22% e -41,85% respectivamente, para um total de 40.290 Kms realizados nas duas rubricas.

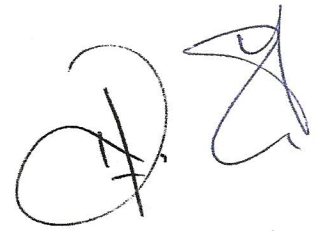
O número total de quilómetros realizados no âmbito do Contrato Programa foi de 249.476 Kms, ou seja -2,83%, em relação ao total dos quilómetros previstos. A receita correspondente à totalidade dos serviços prestados à câmara foi de 303.016,36€ acrescido do IVA.

A aplicação da Lei nº 13/2006 de 17 de Abril, que regulamenta os transportes colectivos de crianças a partir de Setembro de 2007, obriga a contratar no mercado da especialidade as viaturas necessárias para, em complemento com as da TUMG, assegurar os serviços comprometidos no Contrato Programa com o município.

No conjunto dos serviços realizados, a produção imputada à empresa contratada, foi de cerca de 58%, tendo os restantes 42% sido da responsabilidade da TUMG, através da sua frota de mini autocarros.

1.a.2 – Transportes Urbanos

Conforme inserido no Plano de Actividades para 2009, foi considerado “objectivo” da empresa para o período em análise:



- a) – “o lançamento do transporte público urbano na cidade, através da implementação das linhas – “vermelha (designação posterior: verde)” e “verde (designação posterior: azul)” – propostas no “cenário 3”, do Estudo de Mobilidade da Cidade da Marinha Grande”.
- b) – “iniciar estes serviços em Abril.09, operando a linha “vermelha (designação posterior: verde)” com 3 viaturas, e intervalos de 20 minutos nos locais de paragem, e a linha “verde (designação posterior: azul)” , com 2 viaturas, e intervalos de 30 minutos nos locais de paragem.”

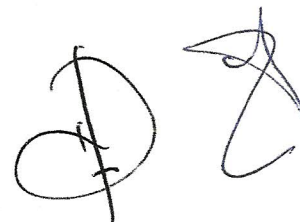
Foram ainda tomados no Plano de Actividades, como pressupostos, para determinação da rentabilidade das linhas e conseqüente elaboração de um Contrato Programa, a estabelecer entre a Câmara e a TUMG:

- c) - “os indicadores apresentados no Estudo de Mobilidade, considerando-se, para os valores das receitas versus passageiros transportados, o cenário menos optimista ali apresentado;”
- d) – “que existe um diferencial de (-) 72.622.00€, que traduz o prejuízo de exploração das referidas linhas, devendo a empresa ser ressarcida desse valor, no âmbito de um “Contrato Programa” a celebrar com o município para esse fim, tendo em atenção que será ao município que competirá cobrir o diferencial entre o preço social da tarifa a praticar e o seu preço real.”;

O processo de implementação do serviço do Transporte Urbano na cidade, por motivos não imputáveis à empresa, só se veio a iniciar no dia **01 de Julho de 2009**, sendo o Contrato Programa estabelecido entre Câmara e a TUMG, assinado para um período de 9 (nove) meses - Julho.08 a Março.10 -, no valor de **72.622,00€**.

Por decisão da Câmara os dois primeiros meses de exploração dos serviços foram gratuitos para a população, tendo a autarquia suportado o valor total da receita mensal prevista, de acordo com o estudo de mobilidade

No quadro que se segue, está reflectido o movimento de passageiros/viagem verificado no último trimestre de 2009.



VIAGENS/PASSAGEIRO

<u>4º TRIMESTRE.09</u>	<u>OUTUBRO</u>	<u>NOVEMBRO</u>	<u>DEZEMBRO</u>	<u>TOTAL</u>	
LINHA VERDE	12.451	12.068	9.577	34.096	54%
LINHA AZUL	10.082	9.922	8.552	28.556	46%
TOTAL	22.533	21.990	18.129	62.652	100%

Média mensal (4º trimestre): 20.884 Viagem/Passageiro

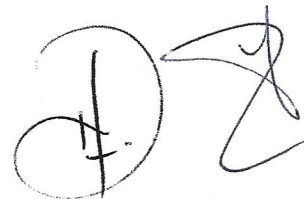
Média mensal (Estudo Mobilidade): 21.901 Viagem/Passageiro

O número de viagens/passageiro encontra-se muito próximo (-5%) do valor previsto no estudo de mobilidade, sendo contudo de assinalar a quebra contínua que se verifica nos valores de Outubro, Novembro e Dezembro.

Em relação aos resultados financeiros desta actividade, o quadro seguinte dá uma ideia resumida da situação verificada nos primeiros seis meses do serviço (Julho a Dezembro.09):

	<u>RECEITA</u>	<u>PREVISÃO</u>	<u>DIFERENCIAL</u>	
C.M.M.G. (Contrato Programa)	48.414,66€	48.414,66€	0,00€	0,00%
T.U.M.G. (Passes e bilhetes)	87.719,79€	97.270,68€	- 9.550,89€	- 6,55%
TOTAL	136.134,45€	145.685,34€	- 9.550,89€	- 6,55%

Como se pode constatar, a receita real ao fim de seis meses está aquém dos valores previstos em cerca de -6.55%, sendo que este valor peca por defeito, uma vez que na receita apurada estão incluídos os dois meses gratuitos para os utentes, mas indemnizados na totalidade pela Câmara.



1.b.1 - Máquinas

O parque de máquinas de movimentação de terras da empresa é rentabilizado pela “prestação do serviço de aluguer” dos equipamentos necessários à câmara, através de convite desta para apresentação de proposta, com vista à elaboração de um contrato “in house”.

Para 2009 o contrato foi estabelecido em função das necessidades do município de **14 máquinas**, por um período de **12 meses**, no valor total de **232.435,00€**, acrescido do valor do IVA à taxa legal.

A realização dos serviços contratados permitiu uma receita de **224.665,00€**, a que acresce o valor do IVA, ou seja – **3.4%** do valor contratualizado, devido a penalizações por imobilização do equipamento.


Registe-se que a Câmara só mostrou interesse na contratação de 14 das 17 máquinas de movimento de terras que constituem o património da empresa.

Assim, e se se mantiver o desinteresse do contratante, na utilização das três máquinas no futuro, deverá a TUMG ponderar o desinvestimento das mesmas, já que não se encontra no seu objecto social, vender no mercado a terceiros o serviço de aluguer máquinas.

1.b.2 – Viaturas

Dando execução à deliberação de câmara referida na introdução, procedeu a empresa em 13/03/2009, à transferência para o município, entidade detentora única do capital estatutário, dos **17 veículos de mercadorias** que integravam o seu património, pelo seu valor de imobilizado, respectivamente **4.199,33€** acrescido do IVA à taxa legal.

Com esta acção foi excluída do objecto da actividade da empresa, consignado no **artigo 4.º, alínea b)** dos estatutos da empresa, a gestão do parque de viaturas, por inexistência do mesmo.



1.c - Estacionamento

Do Plano de Actividades para 2009 transcreve-se:

“A deliberação tomada pelo executivo camarário, de revogar a proposta de extinção da TUMG, colocou a empresa perante a obrigação de assumir e implementar “A gestão do estacionamento na área do município da Marinha Grande” como é definido na alínea c) do art.º 4 dos seus Estatutos.”

.....

“Deve ainda ser tido em atenção que, para que as acções destinadas à concretização deste objectivo possam ser iniciadas, o município deverá previamente decidir e aprovar em reunião de câmara, os espaços a afectar ao estacionamento pago, como obriga o Regulamento Municipal das Zonas de Estacionamento de Duração Limitada (art.º 4), assim como actualizar/aprovar em reunião da Assembleia Municipal o novo tarifário.”

Não se tendo verificado, no período em análise, qualquer alteração nas limitações então expostas, o projecto não teve condições para se iniciar.

2 – RECURSOS HUMANOS

A 31 de Dezembro de 2009, o quadro de pessoal da empresa totalizava sete trabalhadores efectivos, dos quais dois foram cedidos pela Câmara Municipal da Marinha Grande, ao abrigo de um “acordo de cedência de interesse público” entre as partes.

3 – ADMINISTRAÇÃO

O mandato do Conselho de Administração da empresa terminou em 04.11.2009, com a tomada de posse dos novos titulares do órgão autárquico.

Conforme o disposto no **artigo 8.º** dos Estatutos da Empresa, *“o mandato dos titulares dos órgãos sociais será coincidente com o dos titulares dos órgãos autárquicos, sem prejuízo dos actos de exoneração e da continuação de funções até à efectiva substituição”*.

Entendeu o Presidente do Conselho de Administração da TUMG, que tendo sido nomeado para estas funções enquanto vereador da Câmara Municipal, não faria sentido continuar a exercê-la após a entrada em funções do novo executivo.

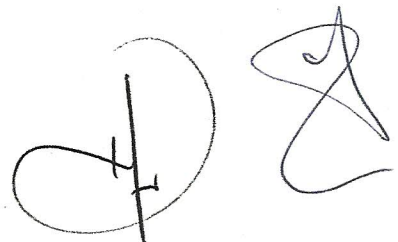
Assim, e de acordo com o disposto no **artigo 12.º, ponto 2**, dos Estatutos da Empresa, na falta do presidente, foi este substituído *“pelo membro do conselho de administração mais idoso”*.

4 - INVESTIMENTO

O investimento realizado em imobilizado foi de € 25.190,32 distribuídos do seguinte modo:

Equipamento Básico	44,91
Equipamento Administrativo (Bilhética – Sinalização - Informática)	25.037,08
Outras Imobilizações Corpóreas	108,33
TOTAL	25.190,32

A parcela mais significativa dos investimentos foi dirigida para a área dos transportes urbanos, na aquisição de suportes de sinalização e informação “ao passageiro” e no sistema de bilhética sem contacto.



5 - ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA

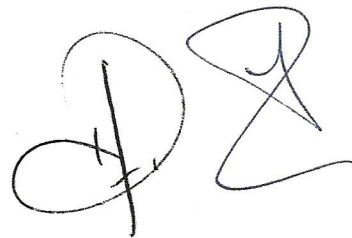
5.1 - Financiamento

Em 2009 a empresa foi auto-suficiente para suprir as suas necessidades correntes de tesouraria, não tendo sido necessário recorrer a capitais alheios para esse fim.

5.2 - Demonstração de Resultados

	2009
Prestação de Serviços	279.730,72
Outros Proveitos	399.992,82
Custo das Vendas	398.669,08
Margem Bruta	281.054,46
Custo de Estrutura	212.954,66
EBITDA	68.099,80
Amortizações	74.692,52
Resultados Financeiros	4.386,36
Resultados Extraordinários	262,75
Impostos	0,00
Resultados Líquidos	-2.469,11

O *Resultado Operacional e Corrente* apresentaram os valores de € -6.592,72 e € -2.206,36 respectivamente, tendo o *Resultado Líquido* final apresentado o valor de € -2.469,11.



Rua do Matadouro
2430 - 257 Marinha Grande
Telefone: +351 244 570 260
Fax: +351 244 570 261

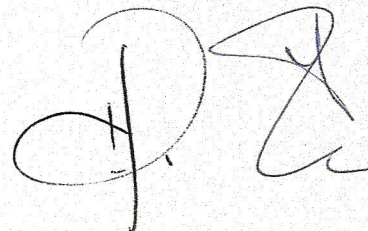
5.2 – Execução Orçamental do Plano Anual 2009

	ORÇAMENTO 2009		
	PRÉVISIONAL	REALIZAÇÃO 31 DE DEZEMBRO DE 2009	
PROVEITOS			
Prestação de Serviços	527.805,20	279.730,72	-47%
Subsídios à Exploração	349.694,50	399.992,82	14%
Proveitos Suplementares	0,00		
Proveitos Financeiros	20.106,67	8.264,62	-59%
Proveitos Extraordinários			
TOTAL DOS PROVEITOS	897.606,37	697.988,15	-23%

CUSTOS			
Custo Matérias-Primas Consumidas	174.635,50	73.416,50	-58%
Fornecimentos e Serviços	447.645,00	395.244,26	-12%
Custos c/ pessoal	188.196,97	139.150,18	-26%
Impostos	909,33	3.812,80	319%
Amortizações e Ajustamentos	74.699,60	74.692,52	0%
Outros Custos Operacionais	0,00	0,00	
Custos Financeiros	10.831,11	3.878,25	-64%
Custos Extraordinários	0,00	262,75	
TOTAL DOS CUSTOS	896.917,51	690.457,26	-23%

Resultados Antes Impostos	688,86	-2.469,11	-458%
Imposto s/ Rendimento	0,00	0,00	0%

RESULTADO LÍQUIDO	688,86	-2.469,11	-458%
--------------------------	---------------	------------------	--------------



A realização orçamental ficou aquém do previsto no Plano de Actividades para 2009, por não ter sido possível à empresa, por motivos exógenos, executar totalmente os projectos ali enunciados, nomeadamente, não se ter iniciado a exploração do “estacionamento condicionado” e o atraso ocorrido no início do serviço de “transporte urbano de passageiros”, previsto para Abril e só ocorrido em Julho.

O **Resultado Líquido** negativo de – **2.469,11€**, ficou a dever-se essencialmente ao facto dos valores da receita apurada no serviço de “transporte urbano” terem ficado abaixo do previsto.

6 – PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

A Administração propõe que os resultados líquidos tenham a seguinte aplicação:

Resultados Transitados	€ -2.469,11
Reserva Legal	€ 0,00
TOTAL	€-2.469,11

7 – FACTOS RELEVANTES

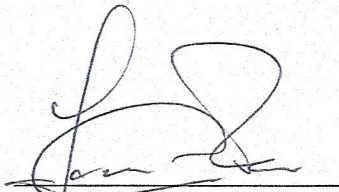
A empresa não tem dívidas à segurança social.

Não houve qualquer facto que, ocorrido após o termo do exercício económico, mereça destaque.

Não houve autorização concedida a qualquer Administrador para negociar com a sociedade em actos fora do próprio objectivo da sociedade, nem lhes foram concedidos empréstimos, ou créditos, efectuados pagamento por conta deles, prestadas garantias, nem facultados adiantamento de remunerações.

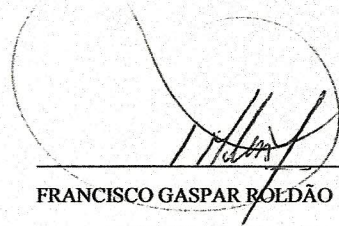
Marinha Grande, 12 de Março de 2010

O Conselho de Administração



JOÃO ANTÓNIO PEREIRA
VOGAL

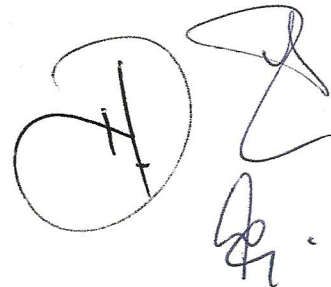
ARTUR PEREIRA OLIVEIRA
PRESIDENTE



FRANCISCO GASPAR BOLDÃO
VOGAL

INDICE

	<u>Pagina</u>
1 – RELATÓRIO DE GESTÃO	1
2 – BALANÇO E DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS	12
3 – ANEXO AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS	15
4 – DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA	23
5 – ROC – CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS	Anexo



BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009

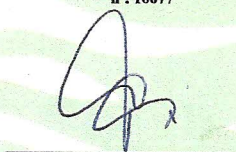
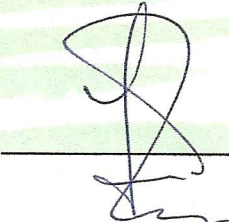
e

Contas		2009			2008
		AB	AP	AL	AL
ACTIVO					
IMOBILIZADO					
Imobilizações incorpóreas:					
435	Despesas de investigação e desenvolvimento	3.198,25	3.198,25	0,00	0,00
		3.198,25	3.198,25	0,00	0,00
Imobilizações corpóreas:					
421	Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00
422	Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00
423	Equipamento básico	362.637,60	349.443,48	13.194,12	84.075,35
424	Equipamento de transporte	0,00	0,00	0,00	0,00
425	Ferramentas e utensílios	0,00	0,00	0,00	0,00
426	Equipamento administrativo	44.098,59	21.894,95	22.203,64	4.939,63
429	Outras Imobilizações Corpóreas	108,33	13,54	94,79	0,00
44	Imobilizações em curso	0,00	0,00	0,00	680,00
		406.844,52	371.351,97	35.492,55	89.694,98
Investimentos Financeiros:					
411	Títulos e outras aplicações financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
		0,00	0,00	0,00	0,00
CIRCULANTE					
Existências:					
32	Mercadorias	2.531,27		2.531,27	
36	Materias-primas, subsidiárias e de consumo	0,00		0,00	0,00
35	Produtos e trabalhos em curso	0,00		0,00	0,00
37	Adiantamentos por conta de compras	0,00		0,00	0,00
		2.531,27	0,00	2.531,27	0,00
Dividas de terceiros - Curto prazo:					
211	Clientes c/c	47.627,53		47.627,53	85.307,55
218	Clientes de cobrança duvidosa	2.639,41	2.639,41	0,00	179,10
255	(Restantes)Accionistas(Sócios)	0,00		0,00	0,00
24	Estado e outros entes publicos	20.107,48		20.107,48	0,00
26	Outros devedores	0,00		0,00	0,00
		70.374,42	2.639,41	67.735,01	85.486,65
Depositos bancarios e caixa:					
12+13	Depositos bancarios	608.143,01		608.143,01	546.589,59
11	Caixa	620,00		620,00	150,00
		608.763,01		608.763,01	546.739,59
Acrescimos e diferimentos:					
271	Acrescimos de proveitos	189,72		189,72	0,00
272	Custos diferidos	55,29		55,29	54,27
		245,01		245,01	54,27
Total de amortizações					
			374.550,22		
Total de provisoes					
			2.639,41		
Total do activo					
		1.091.956,48	377.189,63	714.766,85	721.975,49

Contas		2009	2008
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio:			
51	Capital	338.000,00	338.000,00
53	Prestações Suplementares	0,00	0,00
52	Acções (quotas) próprias		
	Valor nominal	0,00	0,00
	Premios e descontos	0,00	0,00
56	Reservas de reavaliação	0,00	0,00
	Reservas:		
571	Reservas legais	16.406,73	11.562,80
574	Reservas Livres	0,00	0,00
59	Resultados transitados	110.275,76	66.975,76
88	Resultado liquido do exercicio	-2.469,11	48.143,93
		462.213,38	464.682,49
Provisões :			
298	Outras provisões	0,00	0,00
Dividas a terceiros - Medio e longo prazo:			
231	Dividas a instituições de credito	0,00	0,00
261	Fornecedores de imobilizado, c/c	119.451,83	144.011,51
255	(Restantes)Accionistas (Sócios)	0,00	0,00
		119.451,83	144.011,51
Dividas a terceiros - Curto prazo:			
231	Dividas a instituições de credito	0,00	0,00
269	Adiantamentos por conta de vendas	0,00	0,00
221	Fornecedores, c/c.	59.502,42	39.063,44
222	Fornecedores-Títulos a pagar	0,00	0,00
262	Fornecedores de imobilizado - titulos a pagar	0,00	0,00
255	(Restantes)Accionistas (Sócios)	0,00	0,00
261	Fornecedores de imobilizado, c/c.	22.656,84	19.512,27
24	Estado e outros entes publicos	10.050,11	12.351,22
26	Outros credores	60,76	37,03
		92.270,13	70.963,96
Acrescimos e diferimentos:			
273	Acrescimos de custos	15.280,62	12.238,01
274	Proveitos Diferidos	25.550,89	30.079,52
		40.831,51	42.317,53
	Total do capital próprio e do passivo	714.766,85	721.975,49

O Técnico Oficial de Contas
n.º 10677

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO


DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

€

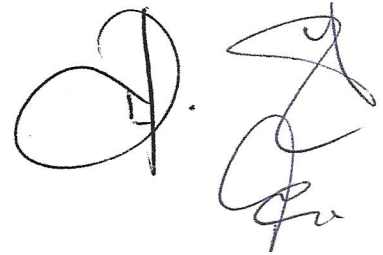
Contas		Exercícios			
		2009		2008	
CUSTOS E PERDAS					
61	CUSTO MERCAD. VEND. MATÉ. CONSUMIDAS				
	Materias-primas	73.416,50	73.416,50	122.843,14	122.843,14
62	FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS		395.244,26		229.230,95
64	CUSTOS C/PESSOAL				
	Remunerações	119.877,65		55.935,93	
	Encargos Sociais	19.272,53	139.150,18	8.814,73	64.750,66
66	AMORTIZAÇÕES E AJUSTAMENTOS EXERC.	74.692,52		94.304,47	
67	PROVISÕES	0,00	74.692,52	0,00	94.304,47
63	IMPOSTOS	3.812,80		2.411,64	
65	OUTROS CUSTOS OPERACIONAIS	0,00	3.812,80	0,00	2.411,64
	(A)		686.316,26		513.540,86
68	JUROS E CUSTOS SIMILARES	3.878,25	3.878,25	9.124,28	9.124,28
	(C)		690.194,51		522.665,14
69	CUSTOS E PERDAS EXTRAORDINÁRIAS		262,75		459,23
	(E)		690.457,26		523.124,37
86	IMPOSTOS S/RENDIMENTO EXERCÍCIO		0,00		28.216,91
	(G)		690.457,26		551.341,28
88	RESULTADO LIQUIDO DO EXERCÍCIO		-2.469,11		48.143,93
			687.988,15		599.485,21
PROVEITOS E GANHOS					
71	VENDAS				
	Produtos	0,00		0,00	
72	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	279.730,72	279.730,72	300.509,39	300.509,39
81	VARIAÇÕES DE PRODUÇÃO		0,00		0,00
75	TRABALHOS P/PRÓPRIA EMPRESA		0,00		0,00
73	PROVEITOS SUPLEMENTARES	0,00		41,66	
74	SUBSIDIOS A EXPLORAÇÃO	399.992,82		283.175,92	
76	OUTROS PROVEITOS OPERACIONAIS	0,00	399.992,82	0,00	283.217,58
	(B)		679.723,54		583.726,97
78	OUTROS JUROS E PROVEITOS SIMILARES				
	Outros	8.264,61	8.264,61	14.461,14	14.461,14
	(D)		687.988,15		598.188,11
79	PROVEITOS E GANHOS EXTRAORDINÁRIOS		0,00		1.297,10
	(F)		687.988,15		599.485,21
RESUMO:					
	RESULTADOS OPERACIONAIS: (B)-(A)		-6.592,72		70.186,11
	RESULTADOS FINANCEIROS: (D)-(C-A)		4.386,36		5.336,86
	RESULTADOS CORRENTES: (D)-(C)		-2.206,36		75.522,97
	RESULTADOS ANTES IMPOSTOS: (F)-(E)		-2.469,11		76.360,84
	RESULTADO LIQUIDO EXERCÍCIO: (F)-(G)		-2.469,11		48.143,93

O TECNICO OFICIAL DE CONTAS
n.º 10677

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

INDICE

	<u>Pagina</u>
1 – RELATÓRIO DE GESTÃO	1
2 – BALANÇO E DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS	12
3 – ANEXO AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS	15
4 – DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA	23
5 – ROC – CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS	Anexo



ANEXO AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

TUMG-TRANSPORTES URBANOS DA M.GRANDE-EM – Exercício de 2009

1 – Derrogações ao POC

As demonstrações Financeiras foram preparadas de harmonia com os princípios contabilísticos definidos no Plano Oficial de Contabilidade.

Assim, foram preparadas segundo a convenção dos custos históricos e na base da continuidade das operações, em conformidade com os princípios contabilísticos da prudência, especialização dos exercícios, consistência, substância sobre a forma e materialidade;

2 – Valores Comparativos

No presente exercício não ocorreram mudanças de políticas e ou critérios contabilísticos, pelo que os saldos de 2009 são comparáveis, em todos os aspectos significativos, com os valores do exercício anterior;

3 - Critérios valorimétricos adoptados:

(a) Imobilizações Corpóreas

Estão valorizadas pelos valores de aquisição.

No cálculo das amortizações utilizou-se o método das quotas constantes às taxas máximas legalmente previstas, para imobilizações corpóreas.

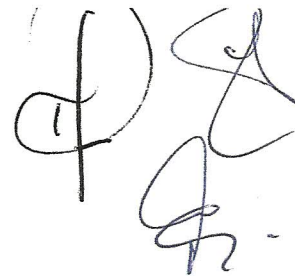
(b) Existências

As existências de mercadorias estão valorizadas ao custo de aquisição.

4 - Cotação utilizada para conversão em moeda portuguesa das contas originariamente expressas em moeda estrangeira:

A empresa não tem contas expressas em moeda estrangeira;

5 - Nada a referir;



Rua do Matadouro
2430 - 257 Marinha Grande
Telefone: +351 244 570 260
Fax: +351 244 570 261

6- Imposto Sobre o Rendimento

O pagamento do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC), é efectuado com base em declarações de auto-liquidação, que ficam sujeitas a inspecção e eventual ajustamento pelas autoridades fiscais durante um período de quatro anos contado a partir do exercício a que respeitam;

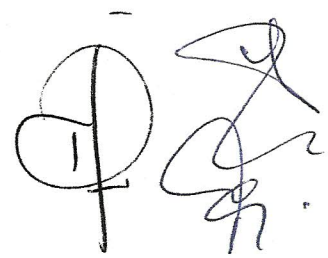
7- A empresa teve em 2009, em média seis trabalhadores ao seu serviço;

8- Imobilizações Incorpóreas

De acordo com o n.º 2 do art.º 33 do CSC, não podem ser distribuídos aos Sócios lucros do exercício enquanto as despesas de constituição, de investigação e desenvolvimento não estiverem completamente amortizadas, excepto se o montante das Reservas Livres e dos Resultados Transitados for, pelo menos, igual ao dessas despesas não amortizadas.

Descrição	Valor
Despesas de Instalação	3.198.25
	3.198.25
Amortizações Acumuladas	3.198,25
Valor Líquido	0,00

9 - Nada a referir.



10 - O movimento ocorrido na rubrica de Imobilizações e respectivas amortizações e provisões foi o seguinte:

RUBRICAS	ACTIVO BRUTO					
	SALDO INICIAL	REAVA-LIAÇÃO	AUMENTOS	ALIENAÇÕES	TRANSFER E ABATES	SALDO FINAL
IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS						
Despesas de instalação.....	3.198,25	0,00	0,00	0,00	0,00	3.198,25
	3.198,25	0,00	0,00		0,00	3.198,25
IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS						
Terrenos e recursos naturais.....	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções.....	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamento básico.....	495.592,69	0,00	44,91	133.000,00	0,00	362.637,60
Equipamento de transporte.....	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ferramentas e utensílios.....	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamento administrativo.....	19.061,51	0,00	25.037,08	0,00	0,00	44.098,59
Outras Imobilizações Corpóreas.....	0,00	0,00	108,33	0,00	0,00	108,33
Imobilizações em curso.....	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	514.654,20	0,00	25.190,32	133.000,00	0,00	406.844,52
INVESTIMENTOS FINANCEIROS						
Titulos outras aplicações. financeiras..	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00

RUBRICAS	AMORTIZAÇÕES			
	SALDO INICIAL	REFORÇO	REGULARIZAÇÕES	SALDO FINAL
IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS				
Despesas de instalação.....	3.198,25	0,00	0,00	3.198,25
	3.198,25	0,00	0,00	3.198,25
IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS				
Terrenos e recursos naturais.....	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções.....	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamento básico.....	411.516,68	66.726,81	128.800,01	349.443,48
Equipamento de transporte.....	0,00	0,00	0,00	0,00
Ferramentas e utensílios.....	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamento administrativo.....	14.121,88	7.773,07	0,00	21.894,95
Outras Imobilizações Corpóreas.....	0,00	13,54	0,00	13,54
Imobilizações em curso.....	0,00	0,00	0,00	0,00
	425.638,56	74.513,42	128.800,01	371.351,97



11 a 13 - Nada a referir;

14 – Caracterização das Imobilizações Corpóreas e em Curso

A totalidade do imobilizado encontra-se afecto à actividade de prestação de serviço de transporte colectivo de passageiros nas nossas instalações na Marinha Grande, não havendo qualquer imobilizado em poder de terceiros ou em propriedade alheia. Não existem custos financeiros capitalizados.

15 – Bens utilizados em regime de Locação Financeira

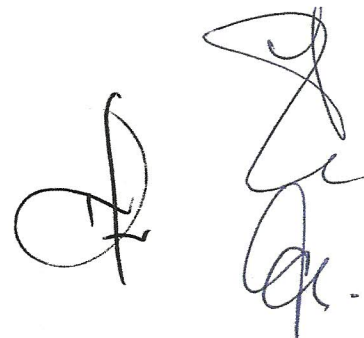
BENS EM LOCAÇÃO FINANCEIRA INCLUIDOS NOS SALDOS DAS RESPECTIVAS CONTAS	ACTIVO BRUTO	AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS	ACTIVO LIQUIDO
Equipamento Básico	221.262,00	213.885,99	7.376,01
Equipamento de Transporte	0,00	0,00	0,00
Equipamento Administrativo	0,00	0,00	0,00
TOTAL	221.262,00	213.885,99	7.376,01

16 a 28 – Nada a referir;

29 – Passivo a Médio e a Longo Prazo

RUBRICA DO BALANÇO	DIVIDAS DE UM A CINCO ANOS (MEDIO PRAZO)	DIVIDAS A MAIS DE CINCO ANOS (LONGO PRAZO)	TOTAL
Fornecedores de Imobilizado c/c	90.627,36€	28.824,47€	119.451,83€

30 e 31 – Nada a referir;



32 – Garantias Prestadas

Não existem garantias prestadas a favor de nenhuma entidade.

33 e 34 – Nada a referir;

35 - O Capital Social está integralmente subscrito e realizado em bens e dinheiro;

36 – O Capital Social é de 338.000,00 euros, composto de:

1 Quota de338.000,00 euros.

37 – Pessoas Colectivas com participação superior a 20% no Capital da empresa:

Câmara Municipal da Marinha Grande. 100%

38 – Nada a referir;

39 – Nada a referir;

40 - Movimentos de Outras Rubricas dos Capitais Próprios:

CONTAS	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Capital Social	338.000,00	0	0	338.000,00
Quotas Próprias: Valor nominal	0	0	0	0
Prémios e descontos	0	0	0	0
Reservas de Reavali.	0	0	0	0
Reservas Legais	11.562,80	4.843,93	0	16.406,73
Reservas Livres	0	0	0	0
Resultados Transita.	66.975,76	43.300,00	0	110.275,76
Resultado Liquidado do Exercício	48.143,93	-2.469,11	48.143,93	-2.469,11
TOTAL	464.682,49	45.674,82	48.143,93	462.213,38

41- Demonstração do custo das Matérias-primas consumidas:

Existências Iniciais	0
Compras	75.947,77
Regularização de Existências	0
Existências Finais	2.531,27
Custos no Exercício	73.416,50

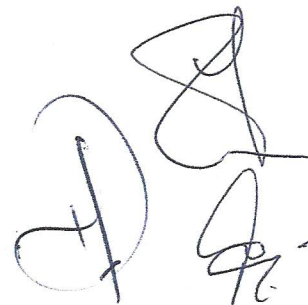
42 - Demonstração da variação da Produção:

Existências Finais	0
Regularização Existências	0
Existências Iniciais	0
Aumento no Exercício	0

43 - Nada a referir;

44 - Valor líquido das Vendas e Prestação de Serviços por mercado:

	Vendas	Prestação Serviços	TOTAL
Mercado Interno		279.730,72	279.730,72
Mercado Externo - Países terceiros			
Mercado Ext.-CEE			
TOTAL		279.730,72	279.730,72



45 - Demonstração dos Resultados Financeiros:

	EXERCÍCIOS	
	2009	2008
CUSTOS E PERDAS		
681 - Juros Suportados	3.775,02	8.995,87
685 - Diferenças Cambio Desfavoravel		
686 - Descontos p.p. concedidos	2,99	3,48
688 - Outros Custos perdas finan.	100,24	124,93
Resultados Financeiros	4.386,36	5.336,86
PROVEITOS E GANHOS		
781 - Juros obtidos	7.567,38	14.437,65
782 - Rendas Títulos Particio.		
785 - Diferenças Câmbio Favor.		
786 - Descontos p.p. Obtidos	697,23	23,49
788 - Outros Ganhos Financeiros		

46 - Demonstração dos Resultados Extraordinários:

	EXERCÍCIOS	
	2009	2008
CUSTOS E PERDAS		
691 - Donativos		
694 - Perdas em Imobilizações		12,00
695 - Multas e Penalidades	262,75	
697 - Correções relativas Exerc. Ant.		447,23
698 - Outros Custos Perdas Extra.		
Resultados Extraordinário	(262,75)	837,87
PROVEITOS E GANHOS		
791 - Restituição de Impostos		
794 - Ganhos em Imobilizações		
797 - Correções rel. Exerc. anteriores		1.239,25
798 - Outros Prov. Ganhos Extra.		57,85

47 - Informações exigidas por diplomas legais de acordo com o art.º 20º do Dec. Lei Nº 103/80 de 9 de Maio e o art.º 2º do Dec. Lei Nº 534/80 de 7 de Novembro - declaramos que a empresa não tinha, em 31 de Dezembro de 2009 quaisquer dívidas ao sector Público Estatal, cujo pagamento estivesse em mora;

48 - Nada a referir;

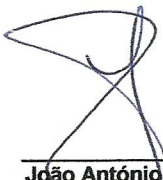
◆-----◆
Marinha Grande, 12 de Março de 2010

Técnico Oficial Contas



Fernando Jesus Carvalho
Nº. 10.677

O Conselho de Administração



João António Pereira

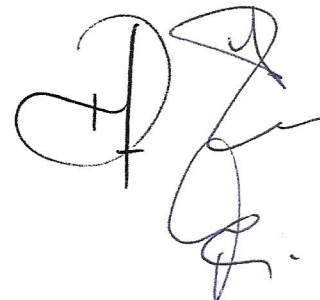
Artur Pereira Oliveira



Francisco Gaspar Roldão

INDICE

	<u>Pagina</u>
1 – RELATÓRIO DE GESTÃO	1
2 – BALANÇO E DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS	12
3 – ANEXO AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS	15
4 – DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA	23
5 – ROC – CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS	Anexo



DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

	1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 2009	
Actividades Operacionais:		
Recebimentos de Clientes	802.718,11	
Pagamentos a Fornecedores	-538.570,98	
Pagamentos ao Pessoal	-135.721,64	
<i>Fluxo Gerado pelas Operações</i>	128.425,49	
Pagamento/Recebimento do Imposto sobre o rendimento	-20.107,48	
Outros Recebimentos/Pagamentos relativos à actividade operacional	4.451,84	
<i>Fluxos Gerados antes das rubricas extraordinárias</i>	112.769,85	
Recebimentos relacionados com rubricas extraordinárias	0,00	
Pagamentos relacionados com rubricas extraordinárias	-262,75	
Fluxo das Actividades Operacionais (1)		112.507,10
Actividades de Investimento:		
Recebimentos Provenientes de:		
Investimentos Financeiros		
Imobilizações Corpóreas		
Imobilizações Incorpóreas		
Subsídios de Investimento		
Juros e Proveitos Similares		
Dividendos		
Sub-Total	0,00	
Pagamentos Respeitantes a:		
Investimentos Financeiros		
Imobilizações Corpóreas	-25.190,32	
Imobilizações Incorpóreas		
Sub-Total	-25.190,32	
Fluxo das Actividades de Investimento(2)		-25.190,32
Actividade de Financiamento:		
Recebimento provenientes de:		
Emprestimos Obtidos		
Aumentos de Capital, prestações Suplementares		
Subsídios e doações		
Vendas de acções (quotas) próprias		
Cobertura de Prejuízos		
Sub-Total		
Pagamentos respeitantes a:		
Emprestimos Obtidos		
Amortizações contratos Locação Financeira	-21.415,11	
Juros e Custos Similares	-3.878,25	
Dividendos		
Redução de Capital e prestações Suplementares		
Aquisição de acções(quotas) próprias		
Sub-Total	-25.293,36	
Fluxo das Actividades de Financiamento(3)		-25.293,36
Variações de Caixa e seus Equivalentes (4) = (1+2+3)		62.023,42
Efeitos das Diferenças de Cambio		0,00
Caixa e seus equivalentes no Início de período		546.739,59
Caixa e seus equivalentes no fim do período		608.763,01

INDICE

	<u>Pagina</u>
1 – RELATÓRIO DE GESTÃO	1
2 – BALANÇO E DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS	12
3 – ANEXO AO BALANÇO E A DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS	15
4 – DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA	23
5 – ROC – CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS	Anexo

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

INTRODUÇÃO

1. Examinámos as demonstrações financeiras da **TUMG - Transportes Urbanos da Marinha Grande - EM**, as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2009, (que evidencia um total 714.766,85 euros e um total de capital próprio de 462.213,38 euros incluindo um resultado líquido negativo de 2.469,11 euros), a Demonstração dos Resultados por naturezas, a Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e os correspondentes Anexos. Estas demonstrações financeiras foram preparadas em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade do conselho de administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa, bem como a adopção de critérios e políticas contabilísticas adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

ÂMBITO

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão / Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:

- A verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo conselho de administração, utilizadas na sua preparação;

- A apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;

- A verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e

- A apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

Luís Filipe Vicente Pinto
Revisor Oficial de Contas N.º 664

5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para expressão da nossa opinião.

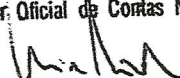
OPINIÃO

7. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da **TUMG - Transportes Urbanos da Marinha Grande - EM** em 31 de Dezembro de 2009, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

8. É também nosso parecer que o relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras.

Marinha Grande, 15 de Março de 2010

Luís Filipe Vicente Pinto
Revisor Oficial de Contas N.º 664



(Luís Filipe Vicente Pinto)